

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Boards Standards (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de setembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	31	30
Outros ativos		-	6
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		31	36
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Imobilizado, líquido	4	25.896	9.638
Intangível, líquido		57	85
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		25.953	9.723
TOTAL DO ATIVO		25.984	9.759
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		43	5
Contas a pagar partes relacionadas	5	227	45
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		270	50
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	8.285	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.285	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		17.581	9.836
Prejuízos acumulados		(152)	(127)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	17.429	9.709
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.984	9.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Gerais e administrativas	7	(12)	(3)
Outras receitas (despesas) operacionais	8	(13)	1
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(25)	(2)
Receitas financeiras		1	-
Despesas financeiras		(1)	(1)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		-	(1)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(25)	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		
Outros resultados abrangentes	(25)	(3)
	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(25)	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		777	(448)	(124)	205
Aumento de capital		9.059	-	-	9.059
Capital social integralizado		-	448	-	448
Prejuízo do exercício		-	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	9.836	-	(127)	9.709
Aumento de capital		7.745	-	-	7.745
Prejuízo do exercício		-	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6	17.581	-	(152)	17.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(25)	(3)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Baixa de ativo imobilizado e intangível	4	<u>13</u> (12)	<u>-</u> (3)
Variação de ativos e passivos operacionais		<u>227</u>	<u>(101)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		215	(104)
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4	<u>(16.244)</u>	<u>(9.375)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(16.244)	(9.375)
Atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	6	7.745	9.059
Integralização de capital		-	448
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		<u>8.285</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		16.030	9.507
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		<u>30</u>	<u>2</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		31	30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A., (“Companhia”), situada em Fazenda Salgadinho S/N, com sede em Cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, foi constituída em 27 de março de 2020 e tem por objeto social a implantação e exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, da usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica denominada EOL Ventos de São Ricardo 06, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Atualmente, o parque se encontra em construção com previsão para a entrada em operação a partir de janeiro de 2029. A Companhia possui potência instalada de 49,6 MW e até o momento a ANEEL não disponibilizou a garantia física.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
São Ricardo 06 (ii)	ACL	REA 9479/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	-

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada. Embora já solicitado, até o momento ainda não foi disponibilizado a garantia física.
- (ii) Por decisões estratégicas, a Companhia optou pela adesão à anistia para as outorgas de acordo com a resolução 1.065/2023 da ANEEL.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de setembro de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONTINUAÇÃO

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 239, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia fez o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	31	30
Total	31	30

4. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023		2022
	Custo	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	-	-	14
Imobilizado em curso (i)	25.896	25.896	9.624
Total Imobilizado	25.896	25.896	9.638

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo São Ricardo, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

4. IMOBILIZADO – CONTINUAÇÃO

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Máquinas e equipamentos	14	-	(13)	(1)	-
Imobilizado em curso	9.624	16.244	-	28	25.896
Total Imobilizado	9.638	16.244	(13)	27	25.896

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	16	-	(2)	14
Imobilizado em curso	249	9.375	-	9.624
Total Imobilizado	265	9.375	(2)	9.638

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores		
Capitalização de mão de obra - AES Brasil Operações S.A.	(41)	-
Subtotal Fornecedores	(41)	-
Contas a pagar partes relacionadas		
Alocação de custos - AES Brasil Operações S.A.	-	(45)
Condomínio - Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	(6)	-
Condomínio - Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	(221)	-
Subtotal Contas a pagar	(227)	(45)
Subtotal circulante	(268)	(45)
Passivo não circulante		
Contas a pagar partes relacionadas		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AES Tucano Holding I S.A	(8.285)	-
Subtotal não circulante	(8.285)	-
Total do passivo	(8.553)	(45)

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 17.581 (R\$ 9.836 em 31 de dezembro de 2022) o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023		2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
AES Tucano Holding I S.A.	17.580.773	100	9.835.773	100
Total	17.580.773	100	9.835.773	100

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTINUAÇÃO

Aumento de capital

Em 31 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 2.715, dividido em 2.715.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 5.030, dividido em 5.030.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

7. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de terceiros	(10)	(1)
Outras despesas	(2)	(2)
Total	(12)	(3)

8. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2023	2022
Perdas na baixa de ativo imobilizado	(13)	-
Outros	-	1
Total	(13)	1

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

9.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	31	31	30	30	Custo amortizado
Total	31	31	30	30	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	43	43	5	5	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	8.512	8.512	45	45	Custo amortizado
Total	8.555	8.555	50	50	

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO

9.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's* ou *Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	31	30
Total	31	30

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	43	-	43	5
Contas a pagar partes relacionadas	-	8.512	8.512	45
Total	43	8.512	8.555	50

(b) Outros riscos considerados relevantes

(b.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(b.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aporte de capital

Em 31 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 9.705, dividido em 9.705.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.380, dividido em 1.380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

Após o cumprimento ou renúncia de todas as condições precedentes à Transação dispostas no Business *Combination Agreement*, será aberto, para os acionistas da AES Brasi, um período de escolha da opção que desejem exercer no âmbito da Transação.

Uma vez finalizada a documentação necessária, incluindo o protocolo e justificação da Incorporação de Ações e da Incorporação, as administrações da AES Brasi e da Auren convocarão as respectivas assembleias gerais de acionistas para deliberação das matérias relacionadas à Transação.

A condição precedente relativa à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi concluída em 14 de junho de 2024 e a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 06 de setembro de 2024, remanescendo pendentes outras condições precedentes para a conclusão da Transação, dentre as quais, a aprovação ("*waivers*") dos debenturistas e demais credores, bem como a ratificação da celebração do Acordo pelo Conselho de Administração da AES Brasil.